

A teoria espinosana de ensino e doutrinação*

Tapio Puolimatka

Departamento de Educação, Universidade de Jyväskylä, Finlândia

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar os aspectos da teoria espinosana da educação que se relacionam diretamente com a discussão moderna sobre doutrinação. Segundo o autor, se Espinosa, por um lado, entende que o educador deve ajudar os estudantes a deixarem o domínio da imaginação para aquele da razão, defendendo nesse sentido um ensino que promova a autonomia do educando, por outro lado, ele crê ser preciso recorrer à doutrinação quando o estudante se mostra racionalmente passivo.

Palavras-chave: Teoria espinosana do ensino; educação; doutrinação.

Abstract

The aim of this paper is to investigate the aspects of Spinoza's theory of education that have direct relevance for the modern discussion about indoctrination. According to the author, if Spinoza, on the one hand, understands that the educator should help the students to leave the dominion of imagination to that of reason, defending, in this sense, a teaching that promotes the autonomy of the learner, on the other hand, Spinoza regards indoctrination as necessary when the student is rationally passive.

Keywords: Spinoza's theory of teaching; education; indoctrination.

* Artigo originalmente escrito em inglês e publicado em *Educational Philosophy and Theory*, Vol. 33, nº 3 & 4, 2001, p. 397-410, pela Philosophy of Education Society of Australasia (PESA). A tradução foi feita por Victor Fiori Augusto, graduando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com revisão de Fernando Bonadia de Oliveira, doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Todas as notas são do tradutor.

Introdução

A teoria educacional de Espinosa não tem sido amplamente discutida, apesar de sua grande importância. Uma das razões pode ser a de que seu sistema não é fácil de compreender. Neste artigo, meu objetivo é concentrar-me naqueles aspectos da teoria espinosana da educação que têm relevância direta para a discussão moderna sobre doutrinação.

A atitude de Espinosa em relação à doutrinação é complexa, equilibrada entre seu ideal de racionalidade humana e seu pessimismo acerca do potencial humano. Ele aceita uma forma de doutrinação, sempre que se fizer necessária pela passividade do estudante, mas, ao mesmo tempo, ele enfatiza que um educador deve fazer tudo para ativar os estudantes a prosseguirem a níveis mais altos do conhecimento, onde eles podem obter uma compreensão racional da natureza última do universo. Desde que os estudantes estejam dispostos a serem racionalmente ativados, é possível ensiná-los sem doutrinação. Se, por outro lado, eles são racionalmente passivos e controlados pela imaginação, o educador é forçado a recorrer à doutrinação. A crítica crucial que pode ser levantada contra a teoria de Espinosa é a de que as pessoas não podem ser nitidamente categorizadas nesses dois grupos sem uma atitude paternalista.

Em termos modernos, o conceito espinosano de doutrinação estaria mais próximo de uma versão do assim chamado critério de controle (cf. McClellan, 1976, p.142ss.). A distinção entre doutrinação e ensino educativo não pode ser feita sem se levar em conta o sistema social no qual o ensino deve ocorrer. Esse critério define a doutrinação em termos de um exercício de poder social, o qual frustra a aplicação independente, por parte do estudante, de seus critérios ao que quer que aconteça na interação com o professor. Segundo McLaughlin (1984, p.78), a doutrinação implica uma

tentativa de restringir a habilidade decisiva do estudante de agir autonomamente. O ensino genuíno promove a autonomia do estudante, enquanto a doutrinação é uma maneira de controlar o estudante e fazê-lo dependente do professor.

Educação como uma maneira de ser útil às outras pessoas

A educação não é um mero apêndice opcional à teoria de Espinosa, mas forma uma parte necessária de seu conceito de racionalidade. Ela está relacionada à racionalidade através da ideia de ser útil às outras pessoas. Espinosa considera a educação uma arte através da qual uma pessoa pode melhor *mostrar* que sua natureza racional foi trazida à perfeição, visto que a racionalidade de uma pessoa se mostra pela sua utilidade aos outros. “Utilidade” aqui significa a habilidade de ajudar o outro a viver de acordo com a razão. No sistema espinosano, a educação é a maneira de ajudar a humanidade rumo à vida racional da qual ela é capaz.

Nada pode concordar mais com a natureza de qualquer coisa do que outros indivíduos da mesma espécie. E por isso (pelo capítulo 7) nada é mais útil ao homem para conservar o seu ser e fruir de uma vida racional do que um homem que é guiado pela razão. Além disso, porque, entre as coisas singulares, não conhecemos nada mais excelente do que um homem que é guiado pela razão, nós podemos mostrar melhor quanto valem nosso engenho e entendimento educando os homens para que, por fim, eles vivam de acordo com o comando de sua razão. (E IV Ap9) (ver Lista de Abreviações para a explicação das referências).

Esse ideal humano, caracterizado pela racionalidade, é completamente não doutrinador (*unindoctrinative*) em seu objetivo. Educar para uma vida controlada pela razão não permite a manipulação. A pessoa racional quer educar os ignorantes a fim de ajudá-los a tornarem-se participantes da vida racional (E IV P37D). O bem que a pessoa racional quer para si, ela também o deseja para os outros, e este desejo é tanto maior quanto melhor ela

entende a ordem racional da natureza (Deus) (E IV P37). Quanto mais uma pessoa avançou na compreensão intuitiva da unidade racional da natureza, tanto mais ela deseja o mesmo bem para os outros.

Inerente à visão de Espinosa está um modelo de perfeição para os seres humanos, o qual motiva qualquer um que o reconhece, de modo que “ele é incitado a procurar meios que o levarão a tal perfeição. O que quer que seja um meio para a obtenção disso chama-se um bem verdadeiro...” (TdIE, G II 8). O empenho para alcançar a perfeição humana amplia a perspectiva de uma pessoa para incluir o todo da natureza. Ela [a perfeição humana] é essencialmente “o conhecimento da união que a mente tem com o todo da Natureza” (ibid.). À medida que a perspectiva de uma pessoa se amplia, ela se torna interessada pelos outros e quer fazê-los participantes do sumo bem.

... o sumo bem é chegar – junto com outros indivíduos, se possível – à fruição de tal natureza... Este, portanto, é o fim que tenho em vista: adquirir tal natureza, e esforçar-me para que muitos a adquiram comigo (ibid.).

O desejo de ajudar os outros é inspirado pelo entendimento da unidade essencial da natureza, ou seja, de Deus. É um ideal de compreensão racional alcançado pelo esforço concentrado no desenvolvimento da razão humana. No plano dos afetos, ele não se origina em um sentido de dever, mas no sentido irresistível da felicidade, a qual é um resultado do processo de perfeição.

Isto é, é parte da minha felicidade esforçar-me (*to take pains*) para que muitos outros possam entender como eu entendo, a fim de que seu intelecto e seu desejo concordem inteiramente com o meu intelecto e o meu desejo (ibid.).

A motivação para educar mostra que uma pessoa atingiu o mais alto estágio do conhecimento. Tal pessoa não quer guardar o bem para si mesma,

porque ela tanto entende quanto experimenta sua unidade com os outros. A educação é a mais alta expressão da felicidade produzida pelo conhecimento, o desejo de compartilhar a compreensão racional do universo com outros. Em sua essência, ela é contrária (*inimical*) à doutrinação, porque ela envolve completa transparência racional.

A teoria espinosana da racionalidade contém muitas suposições questionáveis. Ela supõe que a natureza tem uma essência racional e que esta essência pode ser compreendida pela razão humana. Já que não estou preocupado com a ontologia e com a epistemologia de Espinosa em si, mas com sua teoria da educação, não entrarei em uma crítica detalhada da sua concepção de racionalidade. A questão crucial aqui é notar que seu objetivo primordial é educar a racionalidade de cada indivíduo ao seu potencial pleno.

Três categorias de estudantes

De acordo com Espinosa, toda educação deve ser ajustada ao nível de desenvolvimento daqueles que estão sendo educados. Há três categorias básicas de pessoas com relação ao modelo de perfeição humana.

As pessoas que vivem no primeiro nível de conhecimento, ou o nível da “*imaginatio*”, formam a maioria da humanidade. Sua relativa ignorância é causada por sua falta de atividade racional. Já que seu entendimento é passivo, elas formam imagens (*pictures*) mentais confusas com base nas sensações recebidas do mundo exterior (E II P40S2).

O pensamento guiado pela imaginação é controlado pelas afecções e, por isso, é considerado por Espinosa um modo inferior de pensamento. As conexões de imagens que seguem a ordem das afecções são dependentes de diferenças individuais. As afecções de indivíduos variados seguem caminhos associativos divergentes, de acordo com suas funções sociais. Um

camponês e um soldado terão imagens diferentes criadas em suas mentes a partir dos vestígios de um cavalo vistos na areia (Lloyd 1999, p.161-162)¹.

Já que a conexão de imagens produzida pela imaginação é antes dependente de peculiaridades individuais do que da ordem válida de uma maneira geral da razão, a imaginação produz uma concepção distorcida do mundo. Espinosa considera-a a origem de todas as ideias falsas e fictícias, “sensações que são fortuitas, e (por assim dizer) desconexas, já que elas não provêm da própria potência da mente, mas de causas externas, conforme o corpo (esteja acordado ou sonhando) recebe movimentos variados” (TdIE, G II 32). Essas imagens não são organizadas pela razão como um reflexo da natureza de seu objeto; elas são antes controladas pelas peculiaridades do corpo individual que está subjetivamente experimentando-as.

Uma vez que o entendimento não é ativo, os afetos (*passio*) tomam as rédeas e o comportamento é dirigido por eles “a partir de fora”, em vez de ser ativamente guiado pela razão. O resultado é a escravidão, a determinação do comportamento humano por causas externas, e não pela potência da própria natureza de alguém. A diferença entre uma pessoa que é levada (*led*) por um afeto, ou pela opinião, e uma que é conduzida (*led*) pela razão, está em que “a primeira, queira ela ou não, faz aquilo que ignora ao máximo, enquanto a última não se sujeita à vontade de ninguém, mas à sua própria, e faz somente aquilo que sabe ser o mais importante na vida, e que por isso ela deseja muitíssimo” (E IV P66S). Por esse motivo, Espinosa chama a primeira “um escravo” e a última “um homem livre”.

As pessoas que vivem no segundo nível de conhecimento deram o passo decisivo rumo à libertação da escravidão das forças externas. Uma vez que elas se tornaram racionalmente ativas, podem distinguir as ideias produzidas pela razão daquelas produzidas pela imaginação. Elas sabem a

¹ O exemplo do camponês (“farmer”, que traduz o termo latino ‘rusticus’) e do soldado (“soldier”, que traduz a palavra latina ‘miles’) é usado por Espinosa para ilustrar o funcionamento da memória. Cf. EII P18S.

diferença entre ideias adequadas e inadequadas, verdadeiras e não verdadeiras (E II P40S2; II P41-43). O uso ativo da razão produz emoções ativas, o que as liberta do poder dos afetos (emoções passivas). Isso as faz capaz de avançar na virtude, de agir de acordo com seu verdadeiro interesse guiado pela razão (E V P38).

As pessoas que vivem de acordo com o terceiro gênero de conhecimento são capazes de uma intuição racional holística da ordem racional do universo, de “ciência intuitiva”. Esse gênero de conhecimento “procede de uma ideia adequada da essência formal de certos atributos de Deus para o conhecimento adequado da essência das coisas” (E II P40S2). Essa forma mais elevada de conhecimento e a perfeição de caráter dela resultante garantem uma vida virtuosa e feliz. O uso ativo da razão em seu modo mais elevado significa liberdade real, ser guiado interiormente (*from inside*) (E V P20S; V P25-33).

O desenvolvimento humano consiste fundamentalmente no esforço e determinação de libertar-se da dominação da imaginação e tornar-se sempre mais completamente guiado pela razão. Quando a dominação da razão está tão completa que se pode ver com clareza e perspicácia a unidade racional última e ordem lógica da natureza, alcança-se uma tranquilidade de ânimo (*peace of mind*), uma firmeza de caráter e uma felicidade que por nada são abaladas (E IV P73S; E V P41-42).

Tornar-se mais ativo coincide com tornar-se mais completamente guiado pela razão. Um entendimento ativo forma ideias adequadas, as quais correspondem à ordem racional da natureza. Um entendimento passivo é controlado por aquelas ideias “mutiladas” e confusas produzidas pelo contato passivo com o mundo exterior e por imagens mentais, isto é, pela imaginação. Quando a mente de uma pessoa se torna ativa e passa a uma

perfeição maior, ela experimenta alegria, quando é passiva e passa a uma perfeição menor, ela experimenta tristeza (E III P11S)².

Espinosa estabelece um contraste flagrante entre imaginação e razão. A educação envolve o esforço de elevar o estudante do domínio da imaginação àquele da razão. Embora essa visão hierárquica do processo educativo seja parte da teoria de Espinosa, ela precisa ser complementada com a ideia de que a imaginação é também uma aliada da razão. O funcionamento da imaginação e da razão estão conectados um ao outro. Ambos são baseados na mesma complexidade corpórea. Ainda que as ideias imaginativas não sejam elas mesmas conhecimento adequado, elas dão acesso a ele. A capacidade de fingir é um passo necessário no progresso de uma mente finita rumo ao entendimento adequado. A razão é empregada para criticar as ficções da imaginação e para aperfeiçoá-las através da reflexão crítica. As operações da imaginação são uma fonte rica para o entendimento racional, providenciando várias maneiras possíveis de ver o mundo (Lloyd, 1999, p.163).

A ativação de um processo racional autônomo pelo fortalecimento da potência de agir do estudante

A principal preocupação de Espinosa é a de educar aqueles que são capazes de um desenvolvimento racional genuíno. A este respeito, ele defende uma educação que é completamente não doutrinadora. Um esforço vigoroso tem de ser concentrado em “curar o intelecto, e purificá-lo ... para que ele entenda as coisas com êxito, sem erro e tão bem quanto for possível” (TdIE, G II 9). O essencial é aprender a distinguir as ideias recebidas pela imaginação e aquelas recebidas pela razão, e organizar as primeiras por

² Cabe lembrar que, para Espinosa, o afeto de alegria pode ser ativo ou passivo. No escólio citado pelo autor, Espinosa trata na verdade da alegria passiva (a alegria ativa é considerada apenas a partir de E III P58). Já a tristeza, diferentemente da alegria, é sempre passiva. Cf. E III P59D.

meio das últimas. Uma vez que a quantidade de conhecimento potencial é infinita, é necessário limitar a busca ao gênero de conhecimento que é uma pré-condição necessária para a perfeição humana.

Aqueles que vivem de acordo com o primeiro e o segundo gêneros de conhecimento precisam de ajuda no avançar rumo a um entendimento intuitivo da ordem e da unidade racional do universo. Eles precisam de uma visão da totalidade para conectar generalizações limitadas com o sistema racional da natureza. Eles podem ser ajudados no alcançar uma intuição total levando-os um passo racional após o outro, para verem as conexões que são obtidas entre ideias adequadas e sua culminação na unidade última da natureza, a qual inclui a mente humana e o restante da natureza (E III P40S2; E V P28). A educação envolve a análise sistemática da verdade racional, a fim de alcançar uma intuição racional total, a qual é acompanhada por uma certeza racional da validade do conhecimento alcançado.

O crescimento no conhecimento de si mesmo, incluindo o conhecimento acerca da relação de uma pessoa com o restante da natureza, é uma parte essencial desse processo de aperfeiçoamento e uma pré-condição da virtude.

Portanto, aquele que ignora a si próprio é ignorante dos fundamentos de todas as virtudes e, conseqüentemente, de todas as virtudes ... Assim, aquele que ignora a si próprio e, conseqüentemente, todas as virtudes, não age absolutamente por virtude, i.e. (...) é extremamente impotente de ânimo (*weak-minded*) (E IV P56D).

O modelo espinosano de um verdadeiro educador contém um aspecto que nos é familiar por Sócrates. Ele se manifesta como a habilidade de agir como um catalisador, a fim de ativar um processo autônomo naquele que está sendo educado, o qual leva à realização do objetivo educacional.

A maiêutica socrática ajuda uma pessoa a gerar ideias verdadeiras, as quais são parte de sua natureza racional sem que ela seja cônica delas. Já que muitas pessoas não estão aptas a achar essas verdades sem serem auxiliadas, elas precisam de um professor. O método qualifica somente uma autorrealização, a qual leva a ideias verdadeiras e virtudes.

Espinosa aplica essa ideia na medida em que ele se concentra no ser humano como um ser racional, cuja natureza envolve o esforço rumo à ativação racional (E IV P23D; IV P26D-28D). Um indivíduo livre é racionalmente determinado interiormente ao invés de ser controlado por influências externas (E IV P37S1). O educador não influencia diretamente o estudante, mas serve como um catalisador para o seu processo interior de ativação racional.

O desenvolvimento humano depende da ativação do “*conatus*”, pelo qual Espinosa entende “o esforço pelo qual cada coisa se esforça para perseverar em seu ser” (E III P7). Este esforço é a essência atual de cada pessoa. O aperfeiçoamento (*improvement*) humano envolve o fortalecimento da força vital de uma pessoa sobre as forças externas a ela. Uma pessoa cresce rumo a uma perfeição maior por tornar-se mais ativamente guiada interiormente, ao invés de ser passivamente dominada por forças externas. Uma vez que o desenvolvimento humano depende de um esforço e determinação ativos, um indivíduo eleva-se a níveis mais altos do conhecimento somente quando ele considera tal esforço e determinação a coisa mais importante em sua vida.

A educação deve objetivar fortalecer a força vital do estudante e, desse modo, a sua potência de agir, o que aumenta sua alegria (E IV P29D). Um aumento na potência de agir é uma condição necessária para o desenvolvimento humano, uma vez que uma pessoa ativa interage com a realidade o suficiente para percebê-la de uma maneira fidedigna (E IV P38).

O conceito do potencial humano

A noção espinosana de potencial educacional deriva da sua suposição de que uma pessoa não é uma *essentia* estática, mas um *conatus* dinâmico com uma capacidade de construir a si mesma. Cada indivíduo esforça-se para perseverar (*persist*) no ser, esta é sua natureza característica. Ele não é simplesmente movido por forças externas, mas moldará ativamente sua própria existência. A competência educacional envolve a habilidade de levar as pessoas a construírem a si mesmas no mais alto nível possível do conhecimento.

A ideia de fazer uma avaliação justa das habilidades do estudante é crucial para Espinosa. Para concluirmos se um determinado efeito pode ser assegurado na educação, nós devemos primeiro examinar a capacidade da natureza humana, para comprovar se o efeito desejado é contrário àquela natureza, e em seguida descobrir se a falha em conseguir o efeito se deve à ausência de uma causa eficiente. Devemos estudar o estudante em todas as suas propriedades e relações. Quaisquer limitações que houver serão: (1) aquelas que pertencem à natureza do estudante; (2) aquelas que pertencem às séries de causas ou agentes externos que operam na educação (Rabenort, 1911, p.8-10, 13).

O potencial humano depende da natureza humana e da estrutura das emoções, as quais mostram os poderes que uma pessoa possui e seu potencial para aperfeiçoar-se (TdIE, G II 9-10). “É necessário vir a conhecer tanto a potência de nossa natureza quanto sua impotência, pois assim podemos determinar o que pode a razão na moderação dos afetos, e o que ela não pode” (E IV P17S). Espinosa dedica uma porção considerável de sua *Ética* para analisar essas leis. Uma vez que tudo na realidade segue leis inabaláveis, é preciso o conhecimento exato das leis que atam uma pessoa ao primeiro (isto é, ao mais baixo) nível de conhecimento e a mantém

acorrentada ao poder das paixões (E IV PR). Um conhecimento adequado dessas leis previne o educador de desperdiçar a sua força em algo que é impossível alcançar.

Embora não seja possível levar a maioria dos estudantes ao mais alto gênero de conhecimento, um educador competente pode conseguir que a maioria de seus estudantes se conforme à moralidade em seu comportamento externo. Isso não depende da ativação deles, mas da familiaridade (*acquaintance*) profunda do educador com as leis que governam as paixões e da sua habilidade de aplicar esse conhecimento. Ademais, isso pressupõe a habilidade e o poder de organizar a sociedade de uma maneira tal que a escravização de uma pessoa (ao governo das emoções seguindo leis estritas), ocasionada pela dominação das paixões, seja feita aproveitável para a manutenção de uma ordem social estável (TP, G III 275-276).

Qualquer avanço posterior rumo à perfeição humana depende mais e mais da ativação do estudante. Entretanto, um educador competente está apto a ajudar muitos estudantes por todo o caminho até o gênero mais alto de conhecimento intuitivo, a ativá-los a um esforço racional independente que conduz ao avanço em conhecimento e virtude (TdIE, G II 8-9).

Portanto, a competência educacional recebe dois significados fundamentais no pensamento de Espinosa. Primeiro, ela implica um paradoxo, já que significa a arte de influenciar uma pessoa a agir internamente e a ser menos vulnerável às influências exteriores. Nessa forma, seu ideal educacional é completamente oposto à doutrinação, já que seu objetivo é ativar o estudante racionalmente e, desse modo, torná-lo livre.

Segundo, se vier a ser impossível ativar uma certa pessoa racionalmente, um educador competente pode influenciá-la a agir de acordo com a moralidade racional em seu comportamento externo. A competência

educacional envolve a habilidade de aplicar as leis que determinam o funcionamento das emoções, a fim de produzir um comportamento que se conforma externamente à moralidade racional. Nesse contexto, Espinosa endossa uma forma de doutrinação, na medida em que ela se faz necessária pela passividade racional do estudante.

O objetivo educacional último de Espinosa é trazer as pessoas ao terceiro gênero de conhecimento, uma que vez que isso resultará em virtude e felicidade. Entretanto, ele supõe que a maior parte das pessoas não pode ser trazida nem mesmo ao segundo gênero de conhecimento, mas apenas ao modo “semirracional” do primeiro gênero de conhecimento, no qual elas, mesmo sem conhecimento adequado, se comportam da maneira que se comportariam se fossem capazes de entender como deveriam se comportar. Isso não se deve às limitações do potencial intelectual das pessoas ordinárias, se este é entendido como a capacidade funcional-intelectual de aprender certas operações intelectuais. O problema é que elas são intelectualmente passivas, já que têm um *conatus* impotente (*weak*). Toda pessoa é, em princípio, capaz de alcançar o terceiro gênero de conhecimento dentro de sua própria capacidade racional (cf. TdIE, G II 39).

Faz-se com que as pessoas comuns se conformem exteriormente à virtude moral, embora elas não entendam a racionalidade desta. Enquanto a virtude moral genuína é uma expressão da racionalidade, a virtude moral exterior é “semirracional”: a pessoa permanece no nível do primeiro gênero de conhecimento, mas a educação e a organização social estruturam seu comportamento externo para que ele se conforme às exigências da moralidade racional. Os arranjos institucionais e o planejamento educacional apropriados criam uma ordem semirracional na consciência das pessoas comuns, embora elas sejam racionalmente passivas.

Isso supõe que atos externamente idênticos podem ser baseados ou no retrato ilusório da realidade, produzido pela imaginação, ou no retrato verdadeiro da realidade adquirido pela razão, porque

nós podemos ser determinados a uma e mesma ação tanto por aquelas imagens das coisas que concebemos confusamente quanto [por aquelas imagens das coisas? (*sic*)] que concebemos clara e distintamente (E IV P59S).

Entretanto, para alcançar esse resultado, o educador tem de estruturar o ambiente dos estudantes de modo abrangente (*comprehensively*).

Embora Espinosa comece com o objetivo explícito de libertar as pessoas ativando-as racionalmente, ele termina defendendo a sistemática doutrinação estrutural da maior parte da população, por causa de suas suposições pessimistas acerca do potencial humano. Espinosa supõe que a maioria das pessoas não se tornará racionalmente ativa, e que, por isso, elas devem ser sujeitadas à doutrinação sistemática. Essa suposição mina seu projeto educacional. Apesar de seu ideal de autodeterminação racional, ele não defende o diálogo racional aberto em um ambiente ordinário de sala de aula. Suas suposições pessimistas acerca do potencial humano levam à cessação injustificada do empenho educacional.

Entretanto, o potencial humano depende crucialmente da importância conferida à educação e da prontidão para alocar recursos a ela. Ele depende do nível de interesse em uma dada sociedade, por exemplo, da prontidão de cada educador para ceder seu tempo e atenção àqueles que estão sendo educados. A ideia de que o potencial humano é meramente dependente do próprio indivíduo ignora o caráter interativo do potencial humano. O fato de que um certo indivíduo não desenvolva certas capacidades não justifica a conclusão de que uma melhoria (*improvement*) na qualidade da atenção dada a ele não acrescentaria ao seu potencial, e não lhe possibilitaria

adquirir aquelas capacidades. O potencial de uma dada criança é dependente do ambiente no qual ela cresce. Isso é bem expresso por Israel Scheffler:

Familiarizados apenas com a nossa própria sociedade, nós podemos nos persuadir de que certos resultados desejáveis de aprendizado estão obstruídos, bloqueados por impedimentos básicos à natureza humana. Pelo fato de que naturalmente supomos o nível de atenção e amparo, dadas certas formas de aprendizado em nossa sociedade, como sendo fixos, nós generalizamos incapacidades locais a limitações universais. A investigação de outras sociedades que não a nossa pode trazer à luz conquistas efetivas dos mesmos tipos que nós tínhamos suposto impossíveis, alargando assim nossas noções iniciais de potencial. Obstruídas em nossa própria sociedade, tais conquistas podem ser amparadas alhures por níveis mais altos de atenção e interesse, maior concentração de esforço, diferentes arranjos institucionais, ou fundamentos ideológicos e psicológicos mais sólidos (Scheffler, 1985, p.75-76).

Os limites do potencial humano de qualquer indivíduo ou grupo dado permanece, em última instância, uma questão em aberto. Por isso, não há nunca uma justificação para cessar esforços educacionais genuínos e recorrer à doutrinação.

O problema particular da multidão

Além de afirmar uma concepção grandemente não interativa do potencial humano, o programa espinosano de doutrinação social mostra uma falta de cuidado acerca dos perigos do poder educacional centralizado. Ele está disposto a justificar um uso manipulativo sistemático dos preconceitos correntes, a fim de assegurar resultados comportamentais desejáveis.

Uma vez que Espinosa supõe que a multidão é dirigida por influências externas, ele considera que a sua educação envolve a própria estruturação de todo o ambiente social. Certos arranjos sociais são conducentes à obtenção da moralidade semirracional. Por isso, é necessário formar uma sociedade que ajude as pessoas a desenvolverem as atitudes e os padrões

comportamentais apropriados. Espinosa está disposto a empregar o potencial doutrinador dos arranjos institucionais.

Espinosa considera que o sistema social é educativo quando ele dirige as paixões humanas a canais sociais úteis. Já que as paixões são os efeitos de forças externas sobre os seres humanos, e já que a maioria das pessoas é dominada por elas, é necessário controlar aquelas forças externas que produzem paixões. Nesse contexto, Espinosa concentra sua atenção na religião tradicional, a qual ele considera a força institucional mais poderosa na condução (*guidance*) das paixões humanas. A educação moral pública tem de apoiar-se pesadamente nas instituições religiosas, as quais devem ser feitas aproveitáveis para manter a paz e a estabilidade social. Embora não acredite no significado tradicional dos conceitos religiosos, ele acredita que eles podem ser empregados na doutrinação benéfica das pessoas comuns.

Espinosa supõe que a maioria das pessoas é controlada por suas emoções passivas, sob a condução (*guidance*) da imaginação. Ele considera que não existem quaisquer medidas educacionais disponíveis, as quais poderiam trazer essas massas a um nível mais alto de conhecimento. Na medida em que uma pessoa é dominada pela necessidade natural, ela não pode ser influenciada, a não ser de acordo com as leis de sua natureza interior. A educação deve providenciar o desenvolvimento racional daqueles poucos que podem ser racionalmente ativados, enquanto leva as massas a se conformarem externamente ao comportamento requerido pela racionalidade, sem ofender seus preconceitos religiosos e sem despertar o seu fanatismo religioso, o que ameaçaria a estabilidade da ordem social.

Um sistema de instituições educacionais de âmbito nacional deve obter o controle das paixões das pessoas comuns, e levá-las ao comportamento que torna possível a estabilidade e a paz de uma sociedade ordenada. Essa influência sócio-psicológica é manipulativa e doutrinadora.

A justificação de Espinosa para a manipulação é a de que, sem influenciar as paixões através de métodos que deixam de lado a racionalidade, não é possível levar a multidão a se comportar de uma maneira socialmente benéfica. Na medida em que a capacidade racional de uma pessoa não foi ativada ou não está no processo de ser ativada, ela não pode ser diretamente influenciada.

Espinosa recomenda transformar todas as instituições religiosas em instituições estatais, com vista à educação moral pública. Não é necessário ou mesmo oportuno fazer isso abertamente. O Estado deve determinar os conteúdos da instrução religiosa para as pessoas comuns, e deve controlar todos os rituais religiosos. Deste modo, o Estado está mais efetivamente apto a dirigir o comportamento das pessoas ordinárias.

Pois todos sabem quanta importância as pessoas atribuem ao direito e à autoridade sobre a religião, e como todos elas reverenciam cada palavra daquele que possui tal autoridade; por isso pode-se mesmo chegar ao ponto de dizer que aquele, a quem essa autoridade pertence, tem o controle mais efetivo sobre as mentes (Spinoza, 1989, p.286; TTP, G III 234-235).

Uma vez que a concepção de certo e errado transmitida pelos símbolos religiosos determina o que as pessoas ordinárias consideram certo e errado, o Estado deve determinar o propósito para o qual esses meios de influência religiosa são empregados. Pode-se dar uma fundação sólida à estabilidade social quando o governo determina racionalmente a concepção de certo e errado, a qual é propagada às pessoas comuns com toda a força dos símbolos religiosos.

De fato, o que nenhum monarca pôde conquistar a ferro e fogo, os eclesiásticos lograram fazer apenas com a pena; isso, por si só, fornece um claro indício da força e da potência da autoridade religiosa, e dá avisos adicionais sobre a necessidade do soberano de mantê-la em suas próprias mãos (Spinoza, 1989, p.287; TTP, G III 235-236).

O fato de que Espinosa tanto defendeu a liberdade de pensamento e expressão contra a interferência governamental, quanto apoiou um sistema de doutrinação centrado no Estado com relação à maior parte da população, pode ser explicado pela real suposição de Espinosa de que a consciência da multidão é completamente moldada por influências externas. Na medida em que a multidão não se torna racionalmente ativa e não ascende a níveis mais altos do conhecimento por meio do esforço racional, só é possível controlar o seu comportamento controlando o conjunto de influências ao qual ela está sujeitada. É por isso que Espinosa considera tal controle necessário para moldar a ordem social em geral e as instituições educacionais em particular, com base em uma análise científica, a fim de levar a multidão a se conformar aos ditames da razão em seu comportamento externo.

Em seu empenho de encontrar uma solução para o problema da multidão potencialmente fanática e intolerante, Espinosa perde de vista os perigos da autoridade e seu potencial para a corrupção. O que quer que seja definido como racional e socialmente útil pelos doutrinadores provavelmente reflete os seus próprios interesses diretos (*vested interests*). Os cidadãos ordinários não podem agir como contrapesos à corrupção da autoridade se eles são sistematicamente manipulados e doutrinados.

Educação e imaginação

Espinosa sugere que o comportamento e as emoções da multidão podem ser moldados mais efetivamente por meio do emprego dos símbolos religiosos predominantes, capazes de terem um efeito poderoso sobre a imaginação e sobre as emoções. Os profetas religiosos mostraram grande ingenuidade em relação a isso: eles tinham uma imaginação excepcionalmente forte, combinada com um senso moral acentuado, o que causava um grande

impacto sobre a multidão. Deste modo, eles estavam aptos a fazer a multidão obediente aos comandos do amor e da justiça (TTP, capítulos 1-2).

Espinosa sugere que a multidão é comparável às crianças em alguns aspectos importantes. Aqueles que educam as crianças empregam histórias, contos de fadas, etc. com um forte apelo à imaginação, e capazes de produzirem experiências sobre bem e mal. Espinosa sugere que a maioria das pessoas é ainda criança, no sentido de que é preciso contar-lhes contos de fadas. Os contos de fadas mais apropriados aos adultos são fornecidos pela religião tradicional. As crenças religiosas tradicionais carecem de qualquer valor de verdade (*truth value*), mas elas são expressas por imagens que contêm um forte apelo à imaginação, com a intenção de fazer as pessoas obedientes à justiça e ao amor. O mesmo resultado, em um sentido mais genuíno, poderia ser alcançado por um uso desenvolvido da razão, se as pessoas fossem, de modo geral, capazes disso.

A grande variedade nos temperamentos das pessoas que vivem sob a condução (*guidance*) da imaginação requer a adaptação do ensino aos ouvintes (TTP, G III 32). Um doutrinador benéfico deve estar apto a entrar na vida interior do estudante, a familiarizar-se com as suas crenças, e deve ser capaz de apresentar ao estudante imagens que façam um forte apelo à imaginação dele, a fim de fazê-lo obediente a comandos morais.

As pessoas que vivem sob o poder da imaginação procuram a certeza. A imaginação não fornece uma certeza genuína, fundada em justificações racionais. A falta de certeza racional tem de ser compensada pela vivacidade e força da imaginação. Imagens que contêm um forte apelo produzem experiências vívidas, acompanhadas pela certeza da realidade das imagens vividamente imaginadas (TTP, G III 30-31).

Idealmente, isso deveria levar a um comprometimento inabalável e consistente para com as regras morais, às quais é dado um fundamento na

certeza imaginária. Estando emocionalmente convencido, o estudante é capaz de seguir princípios consistentes em seu comportamento. Entretanto, as imagens não serão eficazes, a menos que se ajustem ao temperamento do estudante e às suas crenças básicas (TTP, G III 32).

A doutrinação que é direcionada à imaginação dessa maneira tão vigorosa não serve à libertação do estudante, ou ao seu desenvolvimento rumo a níveis mais altos do conhecimento. Ela reforça continuamente o estudante como um ser que é dependente de influências exteriores tendo um efeito sobre sua imaginação.

Evitando o antagonismo aberto

Espinosa considera necessária a doutrinação, já que ele supõe que nem todas as pessoas estão dispostas a serem ativadas rumo a níveis mais altos do conhecimento, mas preferem continuar vivendo sob o domínio das paixões. É necessário evitar ofendê-las desnecessariamente, despertando assim o seu ódio. Isso significa que não se deve apresentar franca e diretamente aqueles princípios da razão que ofendem as crenças e os sentimentos dos ouvintes. Entretanto, uma vez que é necessário seguir a argumentação racional para onde quer que ela leve, é preciso encontrar uma maneira de apresentar as verdades racionais sem ofender os ouvintes. Isso é possível porque os ouvintes racionalmente passivos não estão aptos a acompanharem um argumento complicado. Por isso, é suficiente revestir o discurso racional com a roupagem dos símbolos familiares às pessoas, a fim de esconder o conteúdo ofensivo do argumento racional daqueles que são muito passivos intelectualmente para acompanharem o seu significado exato.

Nesse aspecto, Espinosa pode ter aprendido com Maimônides, o qual escreveu seus tratados filosóficos de tal maneira que eles não ofenderiam o homem comum. A intenção de Maimônides era garantir que apenas aqueles

com uma orientação racional estariam aptos a descobrir o verdadeiro significado de seus escritos, ao passo que os outros não seriam ofendidos.

Espinosa afirma que Jesus e os profetas usaram tal procedimento como seu método de ensino. Espinosa diz, por exemplo, que, ao discutir a eleição divina, Moisés teve de ajustar suas palavras ao entendimento dos Hebreus: “Moisés queria admoestar os Hebreus de um modo particular, usando um raciocínio tal que os vinculasse mais firmemente à veneração de Deus, tendo em consideração a imaturidade do entendimento deles” (Spinoza, 1989, p.89; TTP, G III 45). Como resultado, Moisés falou sobre a eleição divina em um sentido em que, superficialmente, parecia que ele estava adaptando sua visão aos preconceitos da nação acerca do assunto. Ele usou símbolos que produziram imagens positivas nas mentes dos Hebreus, ao passo que a análise mais exata revela que o significado do texto é contrário às crenças deles.

Espinosa supunha que a religião tradicional não tinha nada a dar em termos de conhecimento. O poder da doutrina religiosa está no seu poder de fazer os homens obedientes (TTP, G III 10-11). A linguagem religiosa (Deus, salvação, beatitude, etc.) empregada pelo discurso religioso tradicional tem um efeito positivo sobre as pessoas comuns. Por isso, esses símbolos têm de ser usados na doutrinação eficaz.

Tal abordagem era considerada necessária por Espinosa, porque ele tendia a ver as massas como uma potencial ameaça à estabilidade social, bem como à segurança individual. Ele escreve:

Eu sei o quão profundamente arraigados na mente estão os preconceitos abraçados sob a aparência de piedade. Sei também que as massas não podem ser mais liberadas de suas superstições do que de seus medos. Por fim, eu sei que elas são imutáveis em sua obstinação, que elas não são guiadas pela razão, e que o seu louvor e vitupério está à mercê do impulso (Spinoza, 1989, p.56; TTP, G III 12).

Um educador deve evitar o desenvolvimento de situações potencialmente antagonísticas para situações abertamente antagonísticas. As situações potencialmente antagonísticas são aquelas nas quais o estudante tem uma atitude potencialmente hostil ao tema que deve ser ensinado a ele. Se o antagonismo é expresso abertamente e manifestamente, ele cria uma atmosfera que é contrária (*inimical*) ao aprendizado do tema, o qual é sentido como uma ameaça às crenças fundamentais do estudante.

Espinosa sugere que o antagonismo aberto pode ser evitado por meio do conformar-se exteriormente ao pensamento do público geral. Nós devemos falar

de acordo com o poder de entendimento das pessoas ordinárias, e fazer tudo que não interfere na consecução do nosso propósito. Pois nós podemos obter uma vantagem considerável, se nos adaptarmos tanto quanto pudermos ao seu entendimento. Deste modo, elas concederão uma audição favorável à verdade (TdIE, G II 9).

O antagonismo aberto pode ser evitado se o educador sabe como conquistar a estima (*favour*) dos estudantes, como minar a sua arrogância excessiva, e como apresentar o tema de modo que ele não ofenda abertamente os seus preconceitos. A educação nunca deve ofender aqueles que vivem sob o domínio da imaginação. Eles não podem evitar serem do jeito que são. O ensino tem de empregar símbolos que têm uma conotação positiva na mente dos ouvintes, de modo a produzir emoções positivas.

Uma vez que esse tipo de manipulação fortalece o poder do preconceito na vida dos estudantes, a abordagem de Espinosa pode ser questionada. Suas recomendações mostram que as medidas educacionais, introduzidas e justificadas por suposições excessivamente pessimistas acerca do potencial educacional dos estudantes, podem, frequentemente, piorar a situação dos estudantes ao invés de melhorá-la.

Pode-se sugerir que, embora Espinosa aparentemente defenda a doutrinação das pessoas comuns, ele evita parcialmente esse encargo enfatizando a intenção benéfica do professor. De acordo com o critério de intenção, o ensino recomendado por Espinosa pode ser qualificado como educativo, na medida em que ele é controlado pelo desejo de apresentar a verdade em uma forma compreensível ao estudante. Entretanto, na medida em que a intenção é guiar o comportamento deles, brincando com as suas emoções e com a sua imaginação, é difícil não caracterizar tal ensino como uma forma de doutrinação. Algumas formulações do critério de método ou do critério de conteúdo considerariam o ensino da multidão, tal como esboçado por Espinosa, como exemplos de doutrinação. A abordagem espinosana pode também ser criticada do ponto de vista do critério de controle. Ela envolve o abuso de poder social para influenciar o estudante de maneiras tais que falham em promover a sua autonomia.

A concepção espinosana de um doutrinador benéfico é problemática. Os doutrinadores naturalmente querem se representar como benéficos, e justificar os seus métodos como necessários pelas circunstâncias. Tal justificação ignora a natureza interativa do potencial humano. As conclusões práticas que Espinosa fez, com base nas suas suposições pessimistas acerca do potencial humano, minam os princípios de uma sociedade aberta. Embora um sistema educacional que emprega a doutrinação possa aparentemente fomentar liberdade, igualdade e justiça no comportamento exterior, na verdade ele aliena os cidadãos de sua experiência moral e uns dos outros. O conhecimento moral pode ser adquirido apenas em uma construtura (*framework*) racional. Os pontos de vista morais formados em uma construtura fechada funcionam como preconceitos.

Como Scheffler (1985, p.124) apontou, a visão de uma sociedade aberta implica uma sociedade de aprendizes. A educação não é um

instrumento através do qual os governantes (*rulers*) moldam as mentes dos governados (*ruled*), mas ela deve fortalecer os poderes críticos da mente, de modo que os cidadãos possam tomar parte nos processos de discussão crítica, dos quais depende a estrutura social. Sem uma educação crítica e aberta, os cidadãos carecem da capacidade de tomar parte no processo de configuração da política pública, o que os privaria do exercício de seu direito básico de autodeterminação.

Conclusão

Para Espinosa, o objetivo da educação é trazer as pessoas à mais alta perfeição de que um ser humano é capaz. Entretanto, a educação tem de estar em sintonia com o nível de desenvolvimento daqueles que estão sendo educados.

(1) Enquanto está educando estudantes que vivem no segundo nível de conhecimento rumo ao terceiro gênero de conhecimento, o educador precisa organizar verdades racionais de maneira tal que os estudantes capazes de racionalidade discursiva possam ser ativados rumo a uma intuição racional abrangente, e rumo às emoções positivas e atitudes morais que dela resultam.

(2) Enquanto está educando pessoas que vivem no primeiro nível de conhecimento rumo ao segundo nível de conhecimento, o educador precisa ativá-las a formar ideias adequadas acerca do tema em questão. Um educador competente precisa saber como cristalizar máximas centrais da vida, para permitir que os estudantes controlem suas emoções e desenvolvam a fortaleza da mente. Aqueles que não são ativados não devem ser ofendidos e levados a experimentar paixões que são contrárias (*inimical*) à estabilidade e à paz sociais.

(3) Enquanto está educando pessoas que vivem de acordo com o primeiro gênero de conhecimento a se conformarem externamente às exigências da moralidade semirracional, o educador precisa influenciar a sua imaginação de maneiras tais que as levem ao comportamento correto. Isso consiste em evitar situações abertamente antagonísticas, criar imagens vívidas com um apelo à imaginação, sentir empatia pelo temperamento e pelas tendências psicológicas do estudante, a fim de criar imagens que o motivam, criando um sentimento de certeza e de convicção como análogos imaginários da certeza racional. Uma parte essencial disso consiste em organizar a sociedade apropriadamente, de modo que as próprias estruturas sociais levem as pessoas que vivem sob o domínio das suas paixões a trabalhar pelo bem comum, usando as paixões como uma força motriz, mas direcionando-as de modo que a estabilidade social possa ser garantida. As instituições religiosas precisam ser colocadas a serviço da educação estatal.

A educação espinosista da multidão é doutrinadora porque Espinosa recomenda o uso ambíguo de histórias e imagens, as quais ele não considera conhecimento no sentido próprio da palavra. Sua justificação para esse procedimento é a de que o ensino tem de falar a linguagem dos estudantes, e tem de empregar as suas histórias favoritas. A intenção de Espinosa de usar histórias e imagens para propósitos manipulativos é, todavia, questionável. Ela supõe um acesso superior à verdade sem apelar para o argumento aberto, o qual tornaria possível que todos os lados se decidissem à luz da evidência plena. A suposição de que a argumentação honesta levará os ouvintes a atitudes fanáticas pode ser verdadeira em alguns casos, mas ela dificilmente pode ser usada como uma generalização que serve como uma justificação para a doutrinação sistemática.

Lista de Abreviações

E <i>Ética</i>	A appendix
PR prefatio	TdIE <i>Tractatus de Intellectus Emendatione</i>
P propositio	TP <i>Tractatus Politicus</i>
C corollarium	TTP <i>Tractatus Theologico-Politicus</i>
D demonstratio	G <i>Spinoza Opera</i> de Gebhardt
S scholium	

Por exemplo: E IV P33D se refere à quarta parte da *Ética*, proposição 33, demonstração. TTP, G III 12 se refere ao *Tractatus Theologico-Politicus*, a terceira parte da edição Gebhardt, página 12.

Referências bibliográficas

- BENNETT, J. *A study of Spinoza's Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GREGORY, B. S. Introduction. In: SPINOZA, B. *Tractatus Theologico-Politicus*. Trans. S. Shirley. Leiden: E.J. Brill, 1989, p. 1-44.
- LLOYD, G. Spinoza and the education of the imagination. In: A.O. RORTY (Ed.). *Philosophers on education*. London: Routledge, 1999.
- McCLELLAN, J. *The philosophy of education*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1976.
- McLAUGHLIN, T. H. Parental rights and the religious upbringing of children. *Journal of philosophy of education*, 18(1), p. 75-83, 1984.
- RABENORT, W. L. *Spinoza as educator*. Teachers College, Columbia University contributions to education, 38.
- SCHEFFLER, I. *Of human potential*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- SPINOZA, B. *Opera I-IV*, Im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften herausgegeben von Carl Gebhardt. Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung, 1925.
- _____. *Collected works I*. Trans. E. Curley. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- _____. *Tractatus Theologico-Politicus*. Trans. S. Shirley. Leiden: E. J. Brill, 1989.
- STRAUSS, L. How to study Spinoza's *Tractatus Theologico-Politicus*. *Persecution and the art of writing*. Westport, 1973.

YOVEL, Y. *Spinoza and other heretics, the marrano of reason*. Princeton: Princeton University Press, 1989a.

_____. *Spinoza and other heretics, the adventures of immanence*. Princeton: Princeton University Press, 1989b.